O real enquanto narração: um diálogo entre o jornalismo literário e a antropologia interpretativa[1]

Bruno de Aragão Santos[2]
Jornalista formado pela Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Este artigo se propõe a fornecer subsídios para uma compreensão do jornalismo literário, gênero caracterizado pela incorporação de recursos literários ao discurso jornalístico, como manifestação peculiar de tal forma de conhecimento, que alcança sua legitimidade por meios diversos ao jornalismo canônico, fundamentado na chamada objetividade jornalística. Para tanto, o trabalho estabelece um diálogo entre o jornalismo literário e a formulação teórica da chamada antropologia interpretativa, corrente que, numa semelhante aproximação com a literatura, advoga o emprego de recursos narrativos na construção de relatos etnográficos. Com base na identificação de um tronco comum às duas propostas – qual seja, o inevitável caráter interpretativo da linguagem – é esboçada uma defesa do emprego da subjetividade enquanto recurso para a revelação da realidade no jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo Literário; Antropologia; Discurso Jornalístico; Subjetividade

Introdução

A reportagem literária é um gênero cercado por controvérsias no âmbito das teorias do jornalismo. O que ocorre é que a definição de "jornalismo literário" oferecida pela doutrina jornalística tradicional costuma considerar a modalidade como uma forma de discurso que corresponde à "pré-história" da imprensa, própria de uma época em que o jornalismo ainda não havia alcançado as características que, mais tarde, lhe forneceriam contornos delimitados.

Falamos da urgência moderna pelo trinômio atualidade, periodicidade e factualidade, ao qual viria a corresponder uma linguagem funcional - em tese, centrada na verificabilidade dos fatos - que, de acordo com esta linha de pensamento, permitiria

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.
[2] Bruno de Aragão Santos (brunodearagao@gmail.com) é jornalista formado pela Universidade Federal de Sergipe. Foi bolsista voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante um período de dois anos, tendo atuado em dois projetos de pesquisa ligados à utilização da Internet enquanto recurso didático-pedagógico. O presente trabalho é uma adaptação de sua monografia de conclusão de curso, defendida em abril de 2005.

garantir ao jornalismo sua legitimidade diante das outras formas de discurso social. É a chamada objetividade jornalística.

Partindo desta perspectiva, a persistência do conceito de jornalismo literário mesmo após o estabelecimento histórico dos cânones jornalísticos citados costuma ser classificada como a manifestação de um sub-gênero. O que ocorre é que a noção de jornalismo literário, forma de discurso não-delimitada por tais cânones, que incorpora recursos da literatura e se caracteriza pelo emprego aberto da subjetividade autoral ao fazer jornalístico, representa algo inconcebível dentro da doutrina tradicional.

A utilização de ferramentas literárias em jornalismo costuma, no máximo, ser tolerada como meio de "ilustrar" ou "embelezar" matérias e reportagens, desde que salvaguardados os limites da objetividade. De forma alguma o jornalismo literário é aceito na doutrina clássica como modalidade autônoma de jornalismo, com características próprias e indissociáveis de captação e escrita.

A intenção deste trabalho é a de fornecer alguns subsídios para o questionamento desta concepção tradicional de jornalismo no sentido de construir uma leitura do conceito de jornalismo literário que o compreenda não como mero sub-gênero localizado entre o jornalismo e a literatura, mas como manifestação peculiar do discurso jornalístico, que busca na aproximação com a literatura uma ferramenta legítima para a execução de um propósito igualmente válido: o emprego da subjetividade como recurso para a apreensão da realidade.

Não foi por acaso que a chamada antropologia interpretativa, corrente que tem seu principal representante no antropólogo norte-americano Clifford Geertz, foi escolhida como referencial teórico para empreender este objetivo. A teoria de Geertz acerca do fazer etnográfico possui claras similaridades em relação à proposta do jornalismo literário contemporâneo, cujo marco principal é a eclosão do chamado *New Journalism* nos E.U.A. dos anos 60.

De forma semelhante ao que advoga o jornalismo literário, Geertz, considera que todo ato de apreensão da realidade é uma interpretação, a qual parte de uma perspectiva. Tal concepção, como veremos adiante, o levará a propor o emprego aberto da subjetividade no trabalho de campo antropológico, o que resulta numa aproximação dos relatos etnográficos com a literatura.

No percurso realizado para o estabelecimento deste diálogo, foram utilizadas algumas formulações acerca do fenômeno da linguagem, que irão fornecer o tronco

comum a partir do qual antropologia interpretativa e jornalismo literário serão, em determinados aspectos, comparados.

A intenção é identificar tais similaridades entre as duas propostas de modo a encontrar subsídios para a problematização da dicotomia subjetividade/objetividade no âmbito das práticas jornalísticas e das condições normativas de legitimação social de seu discurso.

Em outras palavras, o objetivo será o de fornecer à discussão acerca da apreensão do real no discurso jornalístico – sempre perpassada por questões relativas ao que o jornalista deve "olhar" na realidade, e de que modo – uma contribuição daquela que é a "disciplina do olhar" por excelência, numa defesa das peculiaridades do jornalismo literário em relação ao discurso jornalístico tradicional.

O impacto epistemológico do jornalismo literário

O termo "jornalismo literário" remonta ao surgimento histórico da atividade jornalística como tal, quando designava o tipo de jornalismo opinativo e engajado que, no período das revoluções burguesas, tomou o lugar da mera publicação de avisos que dominava os periódicos até então.

Trata-se de uma forma de jornalismo que se colocava inteiramente a serviço da propaganda política e da disputa pela opinião pública que caracterizava aquele momento de transição, e que precede a imprensa profissionalizada que teria surgimento com o desenvolvimento da sociedade capitalista, que marcará o discurso jornalístico com as premissas da atualidade, periodicidade e factualidade, bem como por uma rigidez formal em termos de linguagem, concretizada na utilização de uma espécie de "fórmula" através da qual a realidade deve ser organizada/registrada através de certos elementos básicos.[3]

O jornalismo literário de que trataremos aqui, entretanto, é o jornalismo literário contemporâneo, que surge já no século XX como alternativa ao modelo jornalístico estabelecido com o advento da moderna sociedade industrial, e que tem como marco central a eclosão do chamado *New Journalism* nos E.U.A. dos anos 60 – ainda que não tenha, necessariamente, surgido a partir deste evento.

[3] Lembrar aqui as "perguntas básicas" ao qual o *lead* deve responder: o quê, quem, quando, como, onde, por quê, para quê.

Fruto de um período marcado por forte contestação social, o *New Journalism* se caracterizou pela incorporação de recursos literários ao costumeiro trabalho de apuração e registro jornalísticos, num questionamento do método tradicional de reportagem de fatos. As ferramentas tomadas de empréstimo à literatura – em especial ao realismo social europeu do século XIX - tinham como objetivo conferir maior vivacidade aos relatos. De acordo com Tom Wolfe, um dos principais expoentes do "movimento", elas eram principalmente quatro: a construção cena a cena, a utilização de símbolos de status, o uso de diálogos e o emprego de pontos de vista. Lima (1998) destrincha melhor tais características.

Conforme explica o autor, no que se refere à construção cena a cena, os autores do *New Journalism* buscavam contextualizar os fatos numa cadeia de eventos cuja seqüência e encadeamento formavam o chamado quadro dinâmico da narrativa (1998:50-51). Com a mesma intenção de verossimilhança, entrarão em campo os símbolos de status de vida, cujo objetivo será o de registrar hábitos, costumes, vestuário, decoração e tudo que sirva para o leitor inferir melhor o estado de ânimo dos personagens focalizados pela matéria, os cenários dos relatos, a época, a posição que ocupam na sociedade ou que gostariam de ocupar (1998:50).

Seguindo a linha de inspiração realista, os repórteres desta corrente encontrarão também no uso de diálogos um artifício para conferir aos textos um caráter mais vivo, uma forma mais direta de registro de reações, linguagem e maneirismos dos personagens (Czarnobai, 2003:16).

Por fim, o emprego aberto de pontos de vista corresponderia ao conceito realista do "narrador onisciente". Utilizando esta estratégia textual, o jornalismo literário próprio ao *New Journalism* confere ao relato jornalístico uma visão multifacetada, na qual os acontecimentos podem ser observados sob diferentes perspectivas – havendo espaço para que o jornalista-narrador possa inferir os pensamentos dos personagens que participam de ser relato e inclusive, fornecer suas impressões pessoais.

Sendo parte do que Traquina (2001) define como uma *ventania de protesto*, o *New Journalism*, por tais características, pôs em questionamento a noção corrente a respeito do que seria o jornalismo, sobre que lugar esta forma de discurso ocupa na sociedade, como ele se realiza, que características lhe conferem legitimidade, em resumo, quais as suas regras. Tal contestação encontrou eco no meio acadêmico, trazendo novas questões para a teoria do jornalismo: *Assim, a nova fase de investigação é marcada pelo crescente interesse na ideologia (...), bem como pela redescoberta da*

natureza problemática da linguagem (Traquina, 2001:56-57). Seguindo esta linha de raciocínio, serão abordas a seguir três questões que diferenciam jornalismo canônico e jornalismo literário enquanto formas de conhecimento.

A primeira questão pertinente para estabelecer tal diferenciação – e a mais importante, pois dela decorrem as demais – refere-se ao caráter interpretativo do discurso jornalístico. Bakhtin (1997) considera que qualquer processo de apreensão da realidade é, inevitavelmente, uma interpretação. Para o autor, a tarefa de apreender determinado signo consiste num diálogo interior através do qual o receptor de tal signo o aproxima de outros signos já conhecidos , ou, em outras palavras, o assimila/traduz a partir do referencial que possui. O fim deste processo resulta no que Bakhtin define como uma *resposta a um signo por meio de signos* (Bakhtin, 1997:34).

Para Bakhtin, tal processo encontra na palavra sua realização máxima. A palavra é, em sua concepção, o fenômeno ideológico por excelência, uma vez que possui a propriedade de ser o primeiro meio da consciência individual: além de aparecer na realidade como signo, material semiótico a ser interpretado, a palavra é também o "idioma" do discurso interior, que interpreta todos os signos. Neste sentido é que o autor irá afirmar que qualquer enunciação verbal, seja ela falada ou escrita, carrega inevitavelmente um caráter apreciativo e um conteúdo ideológico. Indo mais longe, Bakhtin considera que tal característica é, na verdade, condição para que qualquer conteúdo objetivo – no sentido do objeto em si mesmo – seja revelado, já que todo processo de apreensão é, antes de tudo, perpassado por uma apreciação.

Umberto Eco (1993) corrobora esta condição eminentemente interpretativa da linguagem, cuja compreensão está sempre condenada à referencialidade:

> Conseqüentemente, a interpretação é indefinida. A tentativa de procurar um significado final intangível leva a aceitação de uma interminável oscilação ou deslocamento do significado. Uma planta não é definida em termos de suas características morfológicas e funcionais, mas com base em sua semelhança, embora apenas parcial, com outro elemento do cosmos. Se ela se parece vagamente com uma parte do corpo humano, então tem significado porque se refere ao corpo. Mas aquela parte do corpo tem significado porque se refere a uma estrela, e esta tem significado porque se refere a uma escala musical e isso porque esta, por sua vez, se refere a uma hierarquia de anjos, e assim por diante *ad infinitum* (Eco, 1993:37).

Não é difícil perceber de que maneira esta questão se relaciona à dicotomia entre o jornalismo literário e o jornalismo tradicional. O modelo clássico concebe a mídia como um espelho da realidade e confere ao jornalista o papel de mero mediador que reporta ao leitor os fatos como eles aconteceram. Fundada na chamada objetividade jornalística, esta concepção advoga que os fatos possuem significados por si mesmos, cabendo ao jornalista o papel de produzir, a respeito deles, relatos neutros e impessoais, de modo a não provocar ruídos nessa atividade que em tese, seria apenas reflexiva.

Nada mais contrário à natureza do signo (e de sua apreensão) conforme ela é descrita por Bakhtin e Eco, e que pode ser resumida nesta citação de José Arbex Jr:

> Fatos existem, mas não como eventos "naturais"; eles se revelam ao observador – e são, eventualmente, por eles construídos -, segundo um acervo de conhecimentos e o instrumental psicológico e analítico que por ele podem ser mobilizados. Fatos existem, mas só podemos nos referir a eles como construções de linguagem. Descrever um fato é, ao mesmo tempo, interpretá-lo, estabelecer sua gênese, seu desenvolvimento e possíveis desdobramentos, isolá-lo, enfim, como um ato, uma unidade dramática (Arbex Jr, 2002:107).

Nada mais oposto, do mesmo modo, à proposta do jornalismo literário contemporâneo. Ao se basear na imersão do repórter na realidade a ser reportada, na densidade descritiva, no relato participativo e na manifestação de impressões pessoais, o que tal modalidade do discurso jornalístico faz é tão-somente levar às últimas conseqüências o caráter interpretativo da apreensão dos signos – neste caso, os fatos jornalísticos – e seu inevitável acento apreciativo, trazendo à tona toda a subjetividade necessária à revelação do conteúdo objetivo.

A segunda questão a ser abordada decorre diretamente da discussão quanto ao caráter interpretativo da enunciação verbal. Ela se refere à linguagem jornalística e sua relação com a noção de verdade. Ao tratar do assunto, Gomes (2000) aplica ao jornalismo o conceito de *ilusão referencial*, formulado por Roland Barthes em *O Discurso da História*, com o objetivo de questionar a chamada objetividade jornalística.

Para Barthes, a objetividade presente no chamado discurso objetivo da história é, na verdade, o resultado de uma ocultação das características problemáticas do signo através da preponderância de apenas uma das partes que o compõem: o referente, ou o fato em si. Na opinião do autor, este processo esconde que os outros dois elementos do signo – significado e significante – são resultado do contexto em que se dá a enunciação.

Gomes acredita que, de maneira semelhante, a objetividade em jornalismo tem como fundamento a crença num real como apreensível e descritível diretamente, e opera através do apagamento das condições que envolvem o signo para o enaltecimento de apenas um dos componentes do processo de recepção, o referente.

Para a autora, o maior exemplo de tal apagamento é a completa ausência do enunciador no discurso jornalístico. Conforme considera, ao colocar-se distante dos acontecimentos reportados, fora da realidade que descreve, o jornalista passa a impressão de que os fatos contam-se por si próprios, o que disfarça todo o processo dialógico de apreensão do signo pelo receptor, processo influenciado tanto pelo meio em que o jornalista está inserido quanto por sua bagagem ideológica e vivencial.

Já a questão da referencialidade enquanto efeito de um real puro, apreensível diretamente, se concretizaria no discurso jornalístico por uma busca por índices referenciais como, por exemplo, a utilização de dados estatísticos, tabelas e infográficos, supostamente dados objetivos, mas, conforme sustenta a autora, eles mesmos sistemas de significados sujeitos à interpretação.

Diante da impossibilidade de produzir a Verdade enquanto algo definitivo, afirma a autora, a objetividade jornalística vai buscar o Verdadeiro, definido como um composto de verificabilidade, efetividade ou sucesso visando consenso (Gomes, 2000:66). Tais índices do real, tomados pelo discurso jornalístico que se pretende objetivo como o real acessado diretamente, sem mediações, constituiriam, para Gomes, a base para a concretização, no discurso jornalístico, daquilo que Barthes chama de *ilusão referencial* e de seu produto direto, o *efeito de real*.

Uma vez que assume a si mesmo como relato a partir de uma perspectiva, o discurso do jornalismo literário não busca sua legitimação através da utilização de recursos de controle da subjetividade, como descreve Gomes em relação ao jornalismo tradicional. Sua legitimidade se assenta sobre o critério da verossimilhança, no sentido de que busca produzir a descrição mais credível da realidade, a qual, por ser assumidamente apreciativa, está abertamente sujeita à avaliação do leitor. Nas palavras de Gomes, *O verossímil encontra-se em direta relação ao efeito de real discursivamente construído. E credibilidade (...) é sua contrapartida na ausência de uma verdade em plenitude* (Gomes, 2000:30).

Uma terceira questão a ser tratada se refere à contribuição da incorporação de recursos literários para a ampliação do conhecimento produzido pelo relato jornalístico. Aqui será utilizada a formulação desenvolvida por Adelmo Genro Filho quando aplica

as categorias de universal, particular e singular – propostas por Lukács para a crítica literária – à análise do discurso jornalístico.

Numa compreensão marxista do jornalismo, Genro Filho considera que a tradicional linguagem jornalística é marcada por um propósito historicamente determinado pela sociedade capitalista, concretizado no já citado trinômio atualidade, periodicidade e factualidade, o que explica sua natureza direcionada a registrar apenas o real manifesto[4], que classifica como o *singular*. Para o autor, isto explica o emprego de uma linguagem funcional, que otimize a predominância da singularidade (Genro Filho, 1987:181).

Genro Filho não considera, entretanto, que tal forma de discurso encerre em si mesma todas as possibilidades do jornalismo. Sua tese é a de que, através da reportagem, o discurso jornalístico pode ultrapassar a singularidade e ganhar um caráter de particularidade, ou, em outras palavras, se tornar capaz de ir além do imediato e empírico em busca de uma compreensão mais contextualizada.

Para o autor, a reportagem literária é um exemplo disto, uma vez que oferece ao jornalismo um caráter de ampliação ao somar ao processo jornalístico uma bagagem de recursos literários que se presta a trazer o fato do singular para o particular – o que ele define como *particular estético*.

Uma contribuição da Antropologia Interpretativa para a discussão

Uma vez que se assenta sobre bases similares à proposta do jornalismo literário quanto à questão da linguagem – e partindo da premissa de que jornalismo e antropologia guardam em comum o fato de serem ambos formas de conhecimento baseadas num trabalho artesanal que consiste em ir a campo com o objetivo de apreender uma realidade a ser transformada em registro verbal, a qual será consultada posteriormente por leitores que não estiveram lá - a Antropologia Interpretativa se constitui numa experiência teórica e prática que pode ser utilizada como valioso referencial para uma defesa do jornalismo literário enquanto manifestação legítima do discurso jornalístico.

[4] Que equivale ao *referente* já tratado por Gomes (2000).

A Antropologia Interpretativa (ou Hermenêutica Cultural) tem no antropólogo norte-americano Clifford Geertz seu principal nome e possui como cerne um conceito semiótico de cultura, ou seja, o entendimento de que os fatos culturais são símbolos a serem decodificados pelo etnógrafo. Conforme define o próprio Geertz, *A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem* (Geertz, 1989:321).

Opondo-se às linhagens de pensamento antropológico que o precederam, as quais buscavam, através de classificações funcionais, alcançar a objetividade em relação ao fazer etnográfico, Geertz considera que o trabalho do antropólogo consiste numa apreensão eminentemente subjetiva da cultura em estudo, a qual resultaria em um relato pesrpectivista. O autor compara o trabalho do etnógrafo ao do crítico literário que descreve e analisa um romance de modo a levar o leitor ao âmago da obra em questão. De fato, esta concepção aproxima a antropologia da literatura:

> Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda ou terceira mão. (Por definição, somente um "nativo" faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído", "algo modelado" - o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento (Geertz, 1989:26).

Este posicionamento sobre o fazer etnográfico implica, inevitavelmente, numa discussão epistemológica acerca da questão da objetividade científica dentro da antropologia. A ela, Geertz fornece uma resposta que não vê constrangimento para a legitimidade da disciplina em reconhecer o caráter subjetivo da etnografia, mas que advoga uma nova forma de legitimidade, fundada no critério da verossimilhança, como fica claro no seguinte trecho:

> A capacidade dos antropólogos de nos fazerem levar suas palavras a sério tem menos a ver com a observação factual ou com um certo ar de elegância conceitual do que com a capacidade de nos convencerem de que o que dizem é o resultado de haverem realmente penetrado (...) em outra forma de vida, de terem, de um modo ou de outro, verdadeiramente "estado lá" (Geertz, 1989b: 58).

Desta maneira, a verossimilhança do discurso etnográfico, o retrato mais intenso e aprofundado possível da realidade, é o que interessa à concepção de antropologia que Geertz defende, antes de qualquer classificação ou formulação de

regras. Para retomar a analogia do crítico literário, mais importante do que enquadrar o romance analisado em um estilo específico é colocar a sensibilidade a serviço de identificar qual é o foco da trama.

Em antropologia, o equivalente ao "foco da trama" seria o que Geertz chama de acontecimento humano paradigmático ou seja, estruturas simbólicas através das quais é possível entrever a lógica de uma sociedade. Neste sentido, identificar tais acontecimentos através do trabalho de interpretação de uma cultura seria mais frutífero do que apenas classificar os fatos culturais em categorias. Um exemplo de acontecimento humano paradigmático é o da briga de galos em Bali, sobre a qual Geertz produziu um estudo incluído em sua obra *A Interpretação das Culturas*.

Partindo das formulações de Clifford Geertz que acabam de ser colocadas, já é possível antever algumas correspondências em relação ao jornalismo literário. Assim como ocorre nas chamadas narrativas de não-ficção, características intrínsecas à linguagem se colocam, na hermenêutica cultural, como pontos de abertura para o estabelecimento de uma forma peculiar de apreensão da realidade. Jornalismo literário contemporâneo e antropologia interpretativa guardam em comum a questão da interpretação, da verossimilhança e da relação singular-particular.

Naquilo que se refere ao caráter interpretativo da apreensão do real verifica-se que há, nas duas propostas, um reconhecimento do processo de compreensão da realidade como algo marcado por um *acento apreciativo*, nos termos em que foi colocado por Bakhtin anteriormente.

Se é ao levar às últimas conseqüências o caráter interpretativo inerente à construção de qualquer discurso sobre a realidade que o jornalismo literário formata um tipo específico de discurso jornalístico, também a postura adotada por Clifford Geertz para a análise dos fatos culturais caminha neste sentido. Não é por acaso que Geertz compara a cultura de um povo a um conjunto de textos a serem interpretados: a analogia simboliza o reconhecimento do trabalho de confecção de um relato etnográfico como algo perpassado pela subjetividade, marcado pela referencialidade que caracteriza o discurso verbal.

Em ambas as propostas, é através de uma perspectiva assumidamente individual, carregada de aspecto vivencial e ideológico, que a realidade é narrada. Declarado abertamente, o caráter interpretativo dos relatos produzidos representa uma informação a mais para a interpretação do próprio receptor no ato de leitura.

É onde entra a questão da verossimilhança, cerne dos relatos seja nas reportagens do jornalismo literário, seja nos relatos etnográficos tributários da Antropologia Interpretativa. Há uma clara correspondência entre o jornalismo literário contemporâneo e a Hermenêutica Cultural no sentido de que ambos buscam, através de uma interação subjetiva com o real, revelar não apenas seu conteúdo objetivo - o real manifesto – mas, para além disso, exprimir matizes da realidade que não caberiam num discurso delimitado por dispositivos textuais de controle da subjetividade. Não é por acaso, mais uma vez, que, ao fazer este caminho, ambos acabam por se aproximar da literatura. Como explica Geertz, o emprego da narração como forma de apreensão da realidade não faz nada mais que recuperar o sentido original da palavra *fictio*, de onde surge ficção: algo construído, elaborado.

Por fim, é também possível perceber que jornalismo literário contemporâneo e Antropologia Interpretativa situam-se, ambos, entre o *particular* e o *singular* descritos por Adelmo Genro Filho anteriormente. Ao passo que a formulação de Clifford Geertz busca conservar o singular com vistas à compreensão do particular – como o próprio autor faz em *Um Jogo Absorvente: Notas Sobre a Briga de Galos Balinesa*, onde, através de um acontecimento paradigmático descreve diversos aspectos daquela sociedade – o jornalismo literário realiza o caminho inverso, remetendo-se ao particular, a um fluxo maior de acontecimentos do qual o fato em si representa apenas a cristalização, de modo a ampliar a compreensão possível deste conteúdo objetivo. O que se apresenta como comum a ambos é a noção de preservação da singularidade e de interpretação deste real manifesto num contexto mais amplo.

Conclusão

O que se pode constatar, ao analisar as duas propostas aqui confrontadas – no caso da Antropologia Interpretativa, uma formulação teórica colocada no contexto de uma disciplina; no caso do jornalismo literário contemporâneo, o resultado de um fenômeno cultural que, como vimos, motivou a formulação de novas abordagens teóricas quanto ao discurso jornalístico – é que ambas trazem implicações de caráter epistemológico bastante similares.

Nas duas propostas, algo em comum: um questionamento do conceito de objetividade, que tanto funcionava como balizador da antropologia que precedeu

Clifford Geertz quanto do jornalismo canônico, através da linguagem funcional.

Como foi possível observar, esta similaridade não se dá por acaso. Na verdade, as propostas da Hermenêutica Cultural e do jornalismo literário contemporâneo se assentam sobre a mesma base, qual seja, o inevitável caráter interpretativo do discurso verbal, carregado de aspecto vivencial e ideológico e condenado a ser sempre uma perspectiva.

Partindo da análise do fenômeno da linguagem e tendo como referência prática as formulações da hermenêutica cultural quanto à subjetividade no processo de apreensão da realidade, é possível estabelecer uma compreensão do jornalismo literário contemporâneo não como um sub-gênero, uma distorção do jornalismo, mas como forma peculiar de discurso jornalístico, com características – e vantagens – próprias.

Referências Bibliográficas

ARBEX JR., José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1997.

CZARNOBAI, André Felipe Pontes. *Gonzo – o filho bastardo do new journalism.* Disponível em http://paginas.terra.com.br/arte/familiadacoisa/IRD/monogonzo01.html

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e Ciências da Linguagem.* São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem.* São Paulo: Brasiliense, 1998.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.